

APROVO.

PROCEDIMENTO N.º 30/PESSOAS2030/2023

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO E
SUPORTE APLICACIONAL PARA O SISTEMA SI FSE INCLUINDO
TRANSIÇÃO DO MECANISMO EXTRAORDINÁRIO DE ANTECIPAÇÃO DO
PORTUGAL 2030 E BUSINESS INTELLIGENCE**

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

PARTE I	3
DISPOSIÇÕES GERAIS E CONTRATUAIS	3
Cláusula 1. ^a	3
Objeto	3
Cláusula 2. ^a	3
Cláusula 3. ^a	4
Local da Prestação do Serviço	4
Cláusula 4. ^a	5
Duração do contrato	5
Cláusula 5. ^a	5
Preço Base	5
Cláusula 6. ^a	6
Preço Contratual	6
Cláusula 7. ^a	6
Condições e Prazo de Pagamento	6
Cláusula 9. ^a	8
Obrigações da Entidade Adjudicatária	8
Cláusula 10. ^a	8
Patentes, Licenças e Marcas Registradas	8
Cláusula 11. ^a	8
Cessão da posição contratual	8
Cláusula 12. ^a	8
Obrigações da Entidade Adjudicante	8
Cláusula 13. ^a	9
Penalidades Contratuais	9
Cláusula 14. ^a	10
Resolução do Contrato	10
Cláusula 15. ^a	11
Efeitos da Resolução	11
Cláusula 16. ^a	11
Mora da Entidade Adjudicante	11
Cláusula 17. ^a	11
Força Maior	11
Cláusula 18. ^a	12
Despesas	12
PARTE II	13
ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	13
Cláusula 19. ^a	13
Perfis dos recursos e âmbito das atividades	13
Cláusula 20. ^a	16
Condições da prestação de serviço	16
Cláusula 21. ^a	17
Aceitação do trabalho produzido	17

Cláusula 22.^a	17
Acompanhamento da execução do contrato	17

PARTE III

DISPOSIÇÕES FINAIS	19
Cláusula 23.^a	19
Gestor do Contrato	19
Cláusula 24.^a	19
Obrigação de sigilo	19
Cláusula 25.^a	20
Comunicações e Notificações	20
Cláusula 26.^a 21	
Resolução de Litígios	21
Cláusula 27.^a	22
Legislação aplicável	22

PARTE I

DISPOSIÇÕES GERAIS E CONTRATUAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas do contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, em regime de concurso público com publicação no JOUE, que tem por objeto principal a aquisição pela Entidade Adjudicante de ***serviços de manutenção, desenvolvimento e suporte aplicacional para o sistema SI FSE incluindo Transição do Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal 2030 e Business Intelligence***, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do disposto no artigo 130º e sgs. do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
2. As condições contratuais são as que constam no presente caderno de encargos, nomeadamente, os requisitos estipulados na Parte II.
3. Ao presente procedimento é adequado aplicar o CPV “72200000-7 Serviços de consultoria e de programação de software”, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74, em 15 de março de 2008.

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1 - A adjudicação é formalizada com a notificação da decisão de adjudicação, obrigando-se a entidade adjudicatária a entregar toda a documentação necessária para a celebração do contrato, dentro do prazo referido na respetiva notificação de adjudicação.
- 2 - O contrato será celebrado por escrito no prazo máximo de 10 (dez) dias após a aceitação da respetiva minuta do contrato pela entidade adjudicatária.
- 3 - Fazem parte do presente contrato:

- a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

5 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado no contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo Primeiro Outorgante e aceites pelo Segundo Outorgante, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 96.º e de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 3.ª

Local da Prestação do Serviço

- 1. O início dos trabalhos é precedido de uma reunião de arranque na sequência da qual são precisados com maior detalhe a monitorização dos mesmos e os referenciais técnicos que devem ser seguidos.
- 2. Relativamente ao perfil “Programador” a prestação de serviços tem lugar, em regra, nas instalações da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C), sitas, a esta data, na Avenida 5 de Outubro, n.º 153, em Lisboa, ou outro local a acordar pelas partes, sendo da responsabilidade da Entidade Adjudicatária os meios informáticos necessários à execução do contrato.
- 3. Relativamente aos perfis “Analista funcional” e “Analista de Dados”, a prestação de serviços tem lugar, em regra, nas instalações do PESSOAS 2030, sitas, a esta data, em Avenida Columbano Bordalo Pinheiro 86, 5º Andar em Lisboa, ou outro local a acordar pelas partes, sendo disponibilizados pelo PESSOAS 2030 os meios informáticos necessários à execução do contrato, bem como toda a documentação de suporte à prestação de serviço.

4. A prestação de serviços não cessa caso os locais indicados nos números anteriores venham a ser alterados por força de eventual mudança das instalações do PESSOAS 2030 e/ou da AD&C.

Cláusula 4.ª

Duração do contrato

1. Sem prejuízo do disposto no nº 2 da presente cláusula, o contrato inicia os seus efeitos na data da sua outorga, mantendo-se em vigor até 31/03/2025 ou até se esgotar o total máximo de horas de esforço contratadas, sem prejuízo do cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
2. A prestação dos serviços iniciar-se-á em data a notificar à Entidade Adjudicatária, não podendo a mesma ultrapassar o prazo de 5 dias úteis a contar da data da assinatura do contrato.
3. A Entidade Adjudicante pode denunciar o contrato com aviso prévio de 30 dias.
4. A denúncia do contrato nos termos do número anterior, não confere à Entidade Adjudicatária direito a qualquer indemnização ou compensação.

Cláusula 5.ª

Preço Base

1. O preço base do presente procedimento é de 396.400,00€ (trezentos e noventa e seis mil e quatrocentos euros) a que acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor, com referência a um esforço de 9.200 (nove mil e duzentas) horas, distribuídas da seguinte forma:
 - a) perfil de “Programador”, 6.400 (seis mil e quatrocentas) horas, com custo unitário/hora máximo de 38,00€ (trinta e oito euros);
 - b) perfil de “Analista de Dados”, 900 (novecentas) horas, com custo unitário/hora máximo de 59,00€ (cinquenta euros);
 - c) perfil de “Analista funcional”, 1.200 (mil e duzentas) horas, com custo unitário/hora máximo de 49,00€ (quarenta e nove euros).
 - d) perfil de “Gestor de Projeto”, 700 (setecentas) horas, com custo unitário/hora máximo de 59,00€ (cinquenta e nove euros).

2. O preço base para efeitos do disposto no n.º 3 do art.47.º e n.º 7 do art.17.º, ambos do CCP, foi fixado em função de critérios objetivos, nomeadamente o preço mais baixo, resultante de consulta preliminar ao mercado, nos termos do previsto no artigo 35.º-A do CCP.
3. A Entidade Adjudicante não está obrigada a consumir todo o esforço previsto no contrato.

Cláusula 6.ª

Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Entidade Adjudicante obriga-se a pagar à Entidade Adjudicatária o preço até ao máximo constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).
3. Atendendo à imprevisibilidade do número de horas necessárias para a entidade adjudicante só suportará as despesas das horas efetivamente prestadas pelo prazo de vigência do contrato, independentemente destas serem inferiores ao preço contratual.

Cláusula 7.ª

Condições e Prazo de Pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de trinta dias, nos termos do artigo 299º do CCP, após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas com o vencimento da obrigação respetiva, e desde que verificados os pressupostos necessários para o efeito, após recolha dos elementos necessários junto do gestor do contrato nomeado pela Entidade Adjudicante.
2. O pagamento do preço será efetuado, mensalmente, nos seguintes termos:

- a) A Entidade Adjudicatária efetuará a correspondente medição dos serviços executados, de acordo com o registo de atividades e indicando os recursos e o tempo afetos, em conformidade com o relatório de atividades previsto no n.º 6 da cláusula 19.ª deste caderno de encargos, a qual será comunicada à Entidade Adjudicante para validação prévia à emissão da respetiva fatura;
 - b) Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve comunicar, por escrito, à Entidade Adjudicatária, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novo documento contabilístico adequado.
3. Para os efeitos do número anterior, as obrigações só se vencerão se os serviços tiverem sido aceites e estiverem justificados pelo relatório de controlo de horas a apresentar pela Entidade Adjudicatária e com a aceitação da fatura por parte da Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030 (AG PESSOAS 2030).
4. Sob pena de devolução, as faturas devem identificar claramente o objeto do contrato, o esforço desenvolvido relacionado com a fatura, bem como o número de compromisso e do pedido a transmitir pela Entidade Adjudicante aquando da celebração do contrato.
5. As faturas deverão ser emitidas em nome da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (Pessoas 2030), com o NIF 600081966 e enviadas para a solução “Fatura Eletrónica na Administração Pública” (FE-AP), devendo consultar as Normas Técnicas e Funcionais disponíveis no site da eSPap - a <https://www.espap.gov.pt/spfin/FAQ/Paginas/FAQ.aspx#maintab7> , para a sua adesão.
6. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante, é aplicável o disposto nos artigos 299.º, h299-Aº e 326.º do CCP.

Cláusula 8.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução, uma vez que o preço contratual é inferior a 500.000,00€, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 9.ª

Obrigações da Entidade Adjudicatária

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para a Entidade Adjudicatária a obrigatoriedade de prestar serviços de manutenção, desenvolvimento e suporte aplicacional para o sistema SI FSE incluindo Transição do Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal 2030 e Business Intelligence, conforme requisitos do Parte II do presente documento.
2. A Entidade Adjudicatária obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando conhecimentos técnicos, know-how, diligência e zelo, próprios das melhores práticas.

Cláusula 10.ª

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Cláusula 11.ª

Cessão da posição contratual

A entidade adjudicatária não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Cláusula 12.ª

Obrigações da Entidade Adjudicante

São obrigações da Entidade adjudicante:

- a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pela entidade adjudicatária.
- b) Monitorizar os serviços prestados e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento.

Cláusula 13.ª

Penalidades Contratuais

1 - No caso de atraso na conclusão da prestação de serviços contratada, por razões imputáveis ao Adjudicatário, que não resultem de motivos devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da Entidade Adjudicante, será aplicada uma penalidade diária calculada nos seguintes termos:

$$P = V \times A/100$$

Em que:

P = Penalidade;

V = preço contratual;

A = dias de atraso, incluindo sábados, domingos e feriados.

2 - No caso de atraso na análise de um pedido de pagamento – reembolso ou saldo final, nos termos da legislação aplicável [artigo n.º 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro], por motivos imputáveis ao Adjudicatário, que não resultem de motivos devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da Entidade Adjudicante, será aplicada uma penalidade diária calculada nos seguintes termos:

$$P = V_{unit.} \times A/100$$

Em que:

P = Penalidade;

Vunit = (preço contratual/XXX pedidos de pagamento);

A = dias úteis de atraso.

3 - As penalidades previstas nos números anteriores são cumulativas, assumindo a natureza de cláusula penal indemnizatória, sem prejuízo do direito a indemnização pelo dano excedente, no caso de existir, e consideram-se aplicadas por comunicação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Adjudicatário.

4 - A Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário da intenção de aplicar as penalidades previstas no caderno de encargos, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para se pronunciar sobre essa intenção.

5 - Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante decide sobre a aplicação de penalidades.

6 - A decisão de aplicação de penalidades é notificada ao Adjudicatário, acompanhada dos respetivos fundamentos.

7 - As penalidades são aplicadas até ao limite de 20% do preço contratual.

8 - Quando as penalidades aplicadas ao Adjudicatário excederem o limite previsto no número anterior, pode a Entidade Adjudicante considerar o contrato como definitivamente incumprido, designadamente para efeitos de resolução.

Cláusula 14.ª

Resolução do Contrato

1 - A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento pelo Adjudicatário das obrigações enunciadas nas Partes II e III;
- b) Se for alcançado o valor máximo de penalidades nos termos da cláusula 13.ª;
- c) Se o Adjudicatário incorrer em situação de insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
- d) Incumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações relativamente a importâncias devidas à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
- e) Perda pelo Adjudicatário do registo de marca ou da licença de comercialização;
- f) No caso de o Adjudicatário prestar falsas declarações;
- g) Se o Adjudicatário ceder a respetiva posição contratual a terceiro ou celebrar qualquer subcontrato sem autorização prévia da Entidade Adjudicante;
- h) Se ocorrer causa de força maior impeditiva de execução do contrato em tempo julgado útil pela Entidade Adjudicante, desde que o atraso provocado por tal circunstância seja superior a 30 (trinta) dias relativamente aos prazos aplicáveis.

2 - Para efeitos do disposto na alínea h) do número anterior e sem prejuízo do disposto no n.º 1 da Cláusula 16.ª, a Entidade Adjudicatária deve comunicar à Entidade Adjudicante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática para mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos.

3 - Nas situações previstas no número 1, alíneas a), f) e h), a Entidade Adjudicante notifica a Entidade Adjudicatária da intenção de resolver o contrato, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para a Entidade Adjudicatária se pronunciar.

4 - Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia da Entidade Adjudicatária a Entidade Adjudicante decide sobre a resolução do contrato.

5 - A decisão de resolução do contrato é notificada ao Adjudicatário, acompanhada dos respetivos fundamentos, através do envio para o respetivo domicílio contratual de carta registada com aviso de receção, e produz efeitos a partir da data da sua receção.

6 - A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à Entidade Adjudicante nos termos gerais de direito.

Cláusula 15.ª

Efeitos da Resolução

1 - Em caso de resolução do contrato pela Entidade Adjudicante por facto imputável à Entidade Adjudicatária, esta fica obrigado ao pagamento de indemnização, nos termos gerais de direito.

1- O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 16.ª

Mora da Entidade Adjudicante

1 - O atraso em qualquer pagamento por parte da Entidade Adjudicante não autoriza a Entidade Adjudicatária a invocar a exceção de não cumprimento de quaisquer das obrigações previstas no contrato, salvo se o montante acumulado vencido e pendente de pagamento for superior a 25% do preço contratual ou o atraso for superior a 6 (seis) meses.

2 - Os pagamentos devidos pela Entidade Adjudicante há mais de 60 (sessenta) dias vencem juros, à taxa legal, desde a data em que se tornaram exigíveis até ao integral pagamento.

Cláusula 17.ª

Força Maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves,

embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário a ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.ª

Despesas

Correm por conta da Entidade Adjudicatária todas as despesas em que esta haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

Cláusula 19.^a

Perfis dos recursos e âmbito das atividades

Apresentam-se os requisitos mínimos dos perfis dos consultores técnicos a alocar à prestação de serviço e os trabalhos a executar para os serviços de manutenção e desenvolvimento e suporte aplicacional para o sistema SI FSE incluindo Transição do Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal 2030 e Business Intelligence, na ótica do PESSOAS 2030, bem como informação relevante relativa às atividades a desenvolver.

A prestação de serviços tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção, desenvolvimento e suporte aplicacional para o sistema “SI FSE” incluindo transição do mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030 e Business Intelligence, de suporte a operações aprovadas no âmbito do PESSOAS 2030 devendo ser executada nos termos dos números seguintes.

1. Perfis dos consultores técnicos – requisitos mínimos

Os consultores técnicos que irão executar os serviços deverão estar nas seguintes condições mínimas obrigatórias:

- a) “Programador” -experiência profissional de pelo menos 3 anos no desenvolvimento em tecnologias .NET e SQL Server.
- b) “Analista de Dados” - mais de 5 anos de experiência profissional e experiência mínima de 2 anos no desenvolvimento de soluções de Business Intelligence na área dos fundos comunitários.
- c) “Analista Funcional” - mais de 5 anos de experiência profissional e experiência mínima de 2 anos de consultadoria na área dos fundos comunitários.

2. Trabalhos a executar pelo recurso com perfil “Programador”:

Os serviços a prestar compreendem, designadamente, as seguintes tarefas associadas à programação, relacionada com o sistema “SI FSE”, na ótica do PESSOAS 2030:

- a) implementação dos pedidos solicitados pelo PESSOAS 2030, após análise e ponderação conjunta dos mesmos com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), ou aprovação desta última quando os desenvolvimentos tenham impacto nos pilares do sistema ou noutras tipologias;
- b) articulação técnica com a equipa técnica “SI FSE” e equipa de gestão para o “SI FSE” da AD&C;

- c) articulação com o analista designado pelo PESSOAS 2030, nomeadamente, na priorização das atividades que lhe foram assignadas e reporte da execução destes pedidos;
- d) As tarefas anteriormente identificadas incidem, designadamente, nas seguintes operações no domínio do capital humano:
 - a. Avisos e Candidaturas FSE;
 - b. Pedidos de Pagamento;
 - c. Pagamentos;
 - d. Pedidos de alteração;
 - e. Monitorização; - Certificação.
 - f. Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal 2030 (MEA);

3.Trabalhos a executar pelo recurso com perfil “Analista de Dados”

Os serviços a prestar compreendem, designadamente, as seguintes tarefas associadas à programação, relacionada com o sistema de Business Intelligence do “SI FSE”, na ótica do PESSOAS 2030:

- a) implementação dos pedidos solicitados pelo PESSOAS 2030;
- b) articulação técnica com a equipa técnica “SI FSE” e equipa de gestão para o “SI FSE” da AD&C;
- c) articulação com o analista designado pelo PESSOAS 2030, nomeadamente, na priorização das atividades que lhe foram assignadas e reporte da execução destes pedidos;
- d) As tarefas anteriormente identificadas incidem, designadamente, nos sistemas de Business Intelligence do “SI FSE” na ótica do PESSOAS 2030.

e) Procedimentos relativos à atividade do recurso com perfil “Programador” e “Analista de Dados”

Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os serviços relativos à intervenção do recurso com perfil “Programador” e do recurso com perfil “Analista de Dados”, devem respeitar os seguintes procedimentos:

- a) os pedidos efetuados pelo PESSOAS 2030 devem seguir o fluxo existente, devendo ser submetidos através dos mecanismos atuais e analisados pela equipa de assistência técnica “SI FSE” em conjunto com a AD&C;
- b) após a respetiva análise e ponderação conjunta entre a AD&C e o PESSOAS 2030, os pedidos devem ser encaminhados para implementação.

4.Trabalhos a executar pelo recurso com perfil “Analista Funcional”

Os serviços a prestar compreendem, designadamente, as seguintes tarefas associadas à análise relacionada com o sistema “SI FSE”, na ótica do PESSOAS 2030:

- a) apoio na análise e definição de requisitos para evolução do sistema “SI FSE” de acordo com as necessidades da Autoridade de Gestão;
- b) apoio na identificação de erros, pré-análise dos mesmos e criação dos pedidos na solução BugNet;
- c) apoio na articulação dos pedidos pendentes e gestão de prioridades dos mesmos junto da equipa de coordenação da AD&C;
- d) apoio na gestão dos pedidos enviados para o programador alocado exclusivamente ao PESSOAS 2030;
- e) apoio nos testes solicitados pela AD&C no âmbito do “SI FSE”;
- f) preparação de pontos de situação do estado dos pedidos abertos em BugNet.

5. Gestor do projeto

Os serviços a prestar compreendem as seguintes tarefas associadas ao planeamento, execução e monitorização dos projetos relacionados com a manutenção, desenvolvimento e suporte aplicacional para o sistema “SI FSE” incluindo transição do mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030 e Business Intelligence:

- a) Aprovar e gerir o cronograma geral do projeto, verificando se tem todos os recursos disponíveis para concluir o projeto com qualidade no prazo previsto;
- b) Coordenar as equipas de trabalho, atribuindo tarefas e monitorizando o desempenho;
- c) Prever e gerir os principais problemas e conflitos;
- d) Gerir o âmbito do projeto, garantindo junto da entidade adjudicante que este está a ser realizado e será entregue da forma que foi aprovado;
- e) Divulgar de forma transparente todas as informações do projeto que sejam requeridas pela entidade adjudicante;
- f) Reportar ao PESSOAS 2030 os progressos e os resultados dos projetos;
- g) Identificar e gerir os riscos, as mudanças e os problemas que possam surgir durante o ciclo de vida do projeto;
- h) Desenvolver e implementar métricas para o acompanhamento e avaliação da execução do projeto;
- i) Assegurar a qualidade e a satisfação do projeto entregue e propor melhorias contínuas.

6. Relatório de atividades

Até ao 5.º dia de cada mês (ou dia útil imediatamente a seguir), deve ser enviado ao PESSOAS 2030 um relatório de atividades relativo ao mês anterior, onde conste a informação abaixo discriminada sobre as tarefas desenvolvidas pelos consultores técnicos:

- a) perfil;
- b) período a que se refere o relatório;
- c) nome do consultor;
- d) identificação/descrição do pedido;
- e) tarefas desenvolvidas;
- f) horas consumidas total;
- g) discriminação das horas consumidas por tarefa;
- h) data do relatório.

7. Transição do serviço

- a) Se aplicável, a transição do serviço será assegurada pelo Adjudicatário, com o envolvimento do PESSOAS 2030 e do prestador do serviço do contrato anterior.
- b) A existir, o período de transição do serviço terá de ser inferior a dois meses.

Cláusula 20.ª

Condições da prestação de serviço

1. A prestação de serviços contempla um esforço máximo total de 9.200 horas, distribuído da seguinte forma pelos quatro perfis:
 - a) Programador - 6.400 horas,
 - b) Analista de Dados – 900 horas,
 - c) Analista Funcional – 1.200 horas.
 - d) Gestor de Projeto – 700 horas
2. Os serviços devem ser prestados nos dias úteis, no âmbito do período de funcionamento, das 09.00H às 18:00H.
3. Os serviços não incluem quaisquer tarefas de desenho, administração, operação e consolidação de infraestruturas de tecnologias de informação e comunicação.
4. Qualquer alteração da equipa inicialmente afeta à prestação de serviço deverá ser comunicada com uma antecedência mínima de 30 dias, estando condicionada à anuência expressa da Entidade Adjudicante em função do cumprimento dos requisitos mínimos previstos no presente documento, salvo quando solicitada pela Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030.

5. A Entidade Adjudicatária obriga-se a comunicar, no prazo de 10 (dez) dias, à Entidade Adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que objetivamente possa perturbar a execução do contrato.
6. A Entidade Adjudicante e a Entidade Adjudicatária obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de quaisquer obrigações contratuais.
7. Em tudo o que o caderno de encargos e os elementos que dele fazem parte integrante não regular, a Entidade Adjudicatária, na execução dos trabalhos contratados, sujeitar-se-á aos procedimentos internos definidos pelo PESSOAS 2030, orientações do PESSOAS 2030, legislação, regulamentação e normalização portuguesa e comunitária em vigor.
8. A título acessório, a Entidade Adjudicatária fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer, à sua responsabilidade, a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
9. As relações de trabalho que se estabeleçam entre os técnicos afetos à prestação de serviços e a Entidade Adjudicatária são reguladas pelo Código de Trabalho, ou outra legalmente aplicável (prestação de serviços).

Cláusula 21.ª

Aceitação do trabalho produzido

No caso de verificação da conformidade da prestação de serviços, no final do prazo de vigência contratual, deve ser emitida uma Declaração de Aceitação pela Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030.

Cláusula 22.ª

Acompanhamento da execução do contrato

1. Para o acompanhamento da execução do contrato será constituído um grupo permanente de monitorização, composto por dois elementos do secretariado técnico do PESSOAS 2030, cabendo a um desses elementos a coordenação do grupo, um representante da Entidade Adjudicatária e um representante da AD&C.

2. A qualquer momento podem ser efetuadas reuniões entre a equipa da Entidade Adjudicatária e o grupo de monitorização da execução do contrato, sem prejuízo da eventual periodicidade prevista na proposta adjudicada.
3. O secretariado técnico do PESSOAS 2030 garante toda a interlocução com as equipas da Entidade Adjudicatária, em articulação, sempre que necessária, com a AD&C, podendo para tal desencadear, entre outras iniciativas, reuniões de monitorização e ações de verificação da qualidade dos serviços prestados incluindo acompanhamento concomitante.
4. O PESSOAS 2030 pode aceder, a todo o momento, a qualquer documento considerado relevante para o acompanhamento dos trabalhos, bem como proceder à reprodução de todos os documentos que julgue necessários, salvo disposição legal em contrário.
5. Todos os documentos técnicos produzidos no âmbito da prestação de serviços estão sujeitos à apreciação e aprovação da Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030.

Cláusula 23.^a

Requisitos Técnicos

A aquisição dos serviços de manutenção, desenvolvimento e suporte aplicacional para o sistema SI FSE incluindo Transição do Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal 2030 e Business Intelligence, deverá atender aos princípios de governo digital publicados em tic.gov.pt, e atender aos regulamentos e normas europeus ou nacionais em vigor, incluindo aqueles definidos ou aprovados pelo Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (CTIC), publicados em tic.gov.pt, nomeadamente:

- a) Integração com o serviço autenticacao.gov.pt para a autenticação segura de utilizadores e seus atributos;
- b) Reutilização de dados disponíveis por outros serviços ou entidades através da interoperabilidade na AP (iAP) implementando o princípio once-only;
- c) Adoção de linguagem clara conforme os guias de boas práticas;
- d) Conformidade com as melhores práticas no que respeita a usabilidade e acessibilidade a um nível equivalente ou superior ao exigido pelo «selo de prata de usabilidade e acessibilidade digital»;
- e) Disponibilização de funcionalidade de avaliação da satisfação com os serviços de acordo com o referencial de avaliação transversal à AP;

- f) Reutilização dos serviços transversais à AP, nomeadamente:
- g) Utilização do framework de adoção de modelos de computação na nuvem (cloud) nos processos de definição de arquitetura das soluções, em conformidade com a Estratégia Cloud para a AP em Portugal, disponível em tic.gov.pt;
- h) Conformidade com as políticas transversais de privacidade de dados da AP;
- i) Conformidade com o Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança;

PARTE III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 24.ª

Gestor do Contrato

- 1 – A execução do contrato é acompanhada permanentemente por um gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante, de acordo com o disposto no artigo 290-Aº do CCP, aquando da aprovação da minuta do contrato.
- 2 – O gestor do contrato exerce as funções previstas no artigo 290-Aº do CCP e assina a respetiva declaração de conflito de interesses nos termos do disposto no n.º 6 do 290º-A do CCP.

Cláusula 25.ª

Obrigações de sigilo

- 1- A Entidade Adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, relativa ou detida pela Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato, no âmbito dos serviços prestados, nos termos legalmente previstos, designadamente no Regulamento EU 2016/679 e Lei nº 58/2019, de 8 de agosto, relativa à proteção de dados pessoais.
- 2- A informação e a documentação cobertas por dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3- Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que a Entidade Adjudicatária seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4- Em especial, a Entidade Adjudicatária obriga-se:

respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual dos beneficiários e contribuintes da Segurança Social, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades;

A remover e destruir, no final do projeto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados tratados e que a considere como de acesso privilegiado.

5- De igual forma, a Entidade Adjudicatária garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.

6- No âmbito das obrigações referidas no número anterior, a Entidade Adjudicatária obriga-se a entregar à Autoridade de Gestão cópias das declarações de sigilo assinadas pelos terceiros que utilize diretamente na execução do contrato, nos termos da minuta constante no Convite.

7- Os trabalhos e a utilização dos recursos pela Entidade Adjudicatária não se iniciarão antes da entrega das declarações de sigilo.

Cláusula 26.ª

Comunicações e Notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas para o domicílio contratual de cada uma.

2 - A Entidade Adjudicatária ou o seu representante devem informar a Entidade Adjudicante, por escrito, de qualquer mudança no respetivo domicílio contratual.

3 - A alteração do domicílio contratual é comunicada à outra parte por carta registada com aviso de receção.

4 - A comunicação entre as partes deve ser sempre efetuada em língua portuguesa.

5 - Nos termos do artigo 419.º-A, conjugado com o número 13 do artigo 42.º, ambos do CCP, os trabalhadores afetos à prestação do serviço deverão, caso aplicável:

- a. No caso de serviço prestado por um prazo que seja superior a um ano, prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;

- b. No caso de serviço prestado por um prazo que seja igual ou inferior a um ano, prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da prestação do serviço;
- 6- Não podem ser afetos à prestação de serviço objeto do presente procedimento trabalhadores reformados ou aposentados.

Cláusula 27.ª

Resolução de Litígios

1. As partes convencionam que é competente para a resolução de qualquer litígio respeitante ao presente procedimento pré-contratual o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.
2. As partes aceitam atribuir a competência para a resolução de litígios relativos à interpretação, validade e execução do contrato de valor igual ou inferior a € 3.740.948,23 (três milhões setecentos e quarenta mil novecentos e quarenta e oito euros e vinte e três cêntimos) ao CAAD - Centro de Arbitragem Administrativa, no caso de Entidade(s) Adjudicante(s) vinculada(s) à jurisdição deste Centro de Arbitragem Institucionalizado, nos termos e para os efeitos do disposto na Portaria n.º 219/2014, de 21 de outubro e na alínea b), do nº 2 do artigo 476º do CCP.
3. O Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa será competente para apreciar qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação, validade e execução do contrato cujo valor seja superior a € 3.740.948,23 (três milhões setecentos e quarenta mil novecentos e quarenta e oito euros e vinte e três cêntimos), no caso de Entidade(s) Adjudicante(s) vinculada(s) à jurisdição do Centro de Arbitragem Institucionalizado: CAAD - Centro de Arbitragem Administrativa, ao abrigo da Portaria n.º 219/2014, de 21 de outubro.
4. O Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa será competente para apreciar qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação, validade e execução do contrato, independentemente do valor, no caso de Entidade(s) Adjudicante(s) não

vinculada(s) à jurisdição do Centro de Arbitragem Institucionalizado: CAAD - Centro de Arbitragem Administrativa, ao abrigo da Portaria n.º 219/2014, de 21 de outubro

Cláusula 28.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes na legislação portuguesa, designadamente no Código dos Contratos Públicos.